

# //// Sterlite Power



Demonstrações Financeiras **2023**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



# Sterlite Power

A STERLITE POWER LIDEROU  
O CAMINHO DE ADOÇÃO DAS  
MELHORES PRÁTICAS PARA O SETOR  
DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA. NOSSA  
EQUIPE ESTÁ NA VANGUARDA DA  
CRIAÇÃO E ADOÇÃO DAS MAIS NOVAS  
E EFICIENTES TECNOLOGIAS QUE  
AMPLIAM NOSSAS CAPACIDADES DE  
CRIAR SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS  
PARA AS DEMANDAS DOS CLIENTES.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

# Sterlite Power

## GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

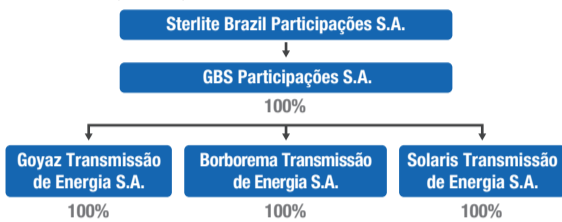
### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Administração da **GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

### A Sociedade

A **GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora")**, é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.



### Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional

## BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.366	81.236	69.814	Fornecedores	11	5.164	539	28.437	87.429
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	14.198	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	622.369	-	651.873	6.030
Ativo de concessão	7	-	-	148.314	Tributos e contribuições sociais		9	17	1.010	1.665
Prêmio de seguro		-	-	1.691	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.064	199
Tributos e contribuições a compensar		291	981	920	PIS e COFINS diferidos	13	-	-	5.808	4.894
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	-	-	8	Salários e encargos sociais		-	-	4.419	7.812
Dividendos a receber	10	4.722	3.862	-	Encargos setoriais		-	-	1.018	327
Partes relacionadas	9	51.282	50.470	51.282	Dividendos a pagar		1.828	1.828	1.828	1.828
Outros		-	4.366	-	Outras contas a pagar		-	-	1.719	46
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>64.661</b>	<b>140.915</b>	<b>286.227</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>629.370</b>	<b>2.384</b>	<b>697.176</b>	<b>110.230</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	598.964	545.772	1.101.119
Ativo da concessão	7	-	-	1.755.486	Provisão para contingências	21	-	-	17.726	13.213
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	353	-	6.105	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	58.638	56.683
Prêmio de seguro		-	-	36	PIS e COFINS diferidos	13	-	-	68.745	58.363
Investimentos	10	1.224.153	1.126.896	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>598.964</b>	<b>690.881</b>	<b>1.229.378</b>	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.224.506</b>	<b>1.126.896</b>	<b>1.761.627</b>	<b>Patrimônio líquido</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>1.289.167</b>	<b>1.267.811</b>	<b>2.047.854</b>	Capital social		475.820	475.820	475.820	475.820
					Reservas de lucros		183.977	190.643	183.977	190.643
							659.797	664.463	659.797	664.463
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	14	<b>659.797</b>	<b>666.463</b>	<b>659.797</b>	<b>666.463</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.289.167</b>	<b>1.267.811</b>	<b>2.047.854</b>	<b>2.006.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	- (*)	-	-	(3.071)	(3.071)	100	(2.971)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 11 de fevereiro de 2022	447.016	-	-	-	447.016	(100)	446.916
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	2.170	-	-	-	2.170	-	2.170
Aumento de capital conforme AGE de 18 de março de 2022	25.000	-	-	-	25.000	-	25.000
Aumento de capital conforme AGE de 01 de setembro de 2022	1.634	-	-	-	1.634	-	1.634
Lucro líquido do exercício	-	-	-	195.542	195.542	-	195.542
Constituição de reserva legal	-	9.624	-	(9.624)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.828)	(1.828)	-	(1.828)
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	181.019	(181.019)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>475.820</b>	<b>9.624</b>	<b>181.019</b>	<b>-</b>	<b>666.463</b>	<b>-</b>	<b>666.463</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.666)	(6.666)	-	(6.666)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(6.666)	6.666	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>475.820</b>	<b>9.624</b>	<b>174.353</b>	<b>-</b>	<b>659.797</b>	<b>-</b>	<b>659.797</b>

(\*) O Capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 100 reais, constituídos em 23 de agosto de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### 1.1. Objeto social

A GBS Participações S.A. ("Companhia" ou "GBS"), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, andar 12 - Sala E - Cidade Monções, no município de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. As companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris") são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 11 de fevereiro de 2022, as Companhias Goyaz Transmissora de Energia S.A., Borborema Transmissora de Energia S.A. e Solaris Transmissora de Energia S.A. passaram a ser controladas pela Companhia, por meio da transferência de 100% das ações destas controladas. Os saldos das controladas na data base da transferência do controle estão mencionados na Nota 4.

**1.2. Das Concessões:** As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24	
				Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R\$	Mês Base
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	47.235	02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	58.636	02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	34.227	02/2018

**Borborema:** O projeto da Borborema consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; e (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Goyaz:** O projeto da Goyaz consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; e (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Solaris:** O projeto da Solaris consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

### Fato relevante

Em março de 2022, a Companhia realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$ 1.000.

Na Escritura de Emissão das Debêntures, por um erro de digitação, ficou consignado na cláusula 6.1.2 (xiv) o ano de 2023 como exigível para cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Ainda que em decorrência de um equívoco, formalmente deu-se o não atingimento do índice no referido ano sendo a correção da escritura considerada intempestiva para o período, ocasionando, por conseguinte, o descumprimento da obrigação "covenant". Seguindo o determinado nas normas contábeis, a Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante, resultando em um Capital Circulante Líquido Negativo, o que pode levar ao questionamento quanto a sua continuidade operacional. Entretanto, tendo em vista que o perdão temporário "waiver" para o descumprimento da cláusula supracitada está em processo de formalização de através de Assembleia Geral de Debenturistas "AGD", a Companhia entende tratar-se de uma questão transitória. Vale destacar que a Companhia não antecipa dificuldades para obtenção do referido perdão, bem como, informa que o não atingimento do índice não configura condição para declaração de vencimento antecipado automático.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		-	-	92.964	754.602
Remuneração do ativo de concessão líquido		-	-	161.515	89.486
Receita de operação e manutenção líquida		-	-	6.043	5.048
<b>Receita operacional líquida</b>	15	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>260.522</b>	<b>849.136</b>
Custo de implementação de infraestrutura	16	-	-	(90.931)	(544.766)
Custo de operação e manutenção	17	-	-	(10.620)	(4.400)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158.971</b>	<b>299.970</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	18	(385)	(1.618)	(15.230)	(13.714)
Outras receitas/(despesas)	19	-	-	8.589	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	90.461	264.113	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>90.076</b>	<b>262.495</b>	<b>152.330</b>	<b>286.256</b>
Receitas financeiras	20	450	967	4.683	6.870
Despesas financeiras	20	(97.192)	(67.920)	(157.337)	(68.824)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(6.666)</b>	<b>(66.953)</b>	<b>(152.654)</b>	<b>(61.954)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(6.666)</b>	<b>195.542</b>	<b>(324)</b>	<b>224.302</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	-	(4.384)	(2.217)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(1.958)	(26.543)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(6.666)</b>	<b>195.542</b>	<b>(6.666)</b>	<b>195.542</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.666)	195.542	(6.666)	195.542
Total de resultados abrangentes	(6.666)	195.542	(6.666)	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(6.666)</b>	<b>195.542</b>	<b>(324)</b>	<b>224.302</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(90.461)	(264.113)	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	11.296	30.414
Constituição de provisão para contingências	-	-	4.513	13.213
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.850	-	39.337	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	45.289	54.412	79.451	89.139
Apropriação dos custos de captação de debêntures	2.635	4.000	2.706	4.000
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Ativo de concessão	-	(156.474)	(847.493)	-
Concessionárias e permissionárias	-	(7.009)	(7.189)	-
Tributos a compensar	690	(981)	401	(916)
Prêmio de seguro	-	-	(89)	13
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(353)	94	39.872	88.269
Partes relacionadas	(812)	(679)	(812)	(679)
Outros	4.366	(5.793)	4.366	(5.509)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	4.625	539	(58.992)	(114.642)
Tributos e contribuições sociais	(8)	(249)	(655)	(3.392)
Salários e encargos sociais	-	-	(3.393)	7.466
Encargos setoriais	-	-	691	-
Outros	-	-	1.673	(2.688)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.522)	1.037
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(11.845)</b>	<b>(17.228)</b>	<b>(46.964)</b>	<b>(524.655)</b>
Aportes de capital em controladas	-	(400.229)	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(7.656)	(19.500)	-	-
Caixa proveniente de controlada adquirida	-			

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaiba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaiba com páteo de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com páteo de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **Borborema:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.700 (R\$47.235 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP de 21,86%) da Borborema foram energizados. Em 09 de setembro de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 689/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 015/2018, de forma específica na Subestação João Pessoa II, referente a instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV - 3 x 150MVA e a complementação do módulo geral em 500 kV da SE João Pessoa II, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela 1 apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020:

Tabela 1 - Investimento (R\$), O&amp;M (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	
			REN 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV João Pessoa II				
Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	87.713.179,14	2,0	10.759.038,21	4,1, a. 12.021.203,90
<b>Total</b>	<b>87.713.179,14</b>	<b>- 10.759.038,21</b>	<b>- 12.021.203,90</b>	

Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da empresa Borborema Transmissão de Energia S.A.. Em junho de 2022, os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP de 21,86%) da Borborema foram energizados. **Goyaz:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$34.227 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, a LT 230 kV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. **Solaris:** Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - Investimento (R\$), O&amp;M (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	
			REN 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV Janaúba 3				
Instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0	12.869.730,48	4,1, a.
<b>Total</b>	<b>94.973.138,65</b>	<b>- 12.869.730,48</b>		

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A.. O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$31.430 (R\$58.636 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, 50% do elemento 2 SE 500/230 kV Janaúba 3 com Parcela RAP de 26,64% da Solaris foi energizado, e em 9 de julho 100% do elemento 2 foi concluído. A Solaris em setembro de 2022, encontra-se 100% em operação, antecedendo assim ao prazo estipulado pela ANEEL de março de 2023 e, ainda, um escopo adicional de reforço previsto para fevereiro de 2023 também antecedendo ao prazo ANEEL de outubro de 2023. A Solaris, em julho 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230-13,8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. Em 31 de dezembro de 2023, a Solaris se encontra 100% em operação. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei nº 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**2.1. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações

financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 12 de abril de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 564.709 na controladora e R\$ 410.949 no consolidado (positivo em R\$ 138.531 na controladora e positivo em R\$ 236.821 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). O capital circulante negativo é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, nos montantes de R\$ 599.745 na controladora e consolidado, respectivamente correspondentes aos saldos de debêntures, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura das referidas debêntures, que ensejam na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tal dívida, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures. Vide mais informações na Nota 12. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. **2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 13); e • Contabilização de contratos de concessão (Nota 7). Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das controladas com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, que foi de 9,44% Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação, operação e manutenção da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia GBS Participações S.A. e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a GBS Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Em 31 de dezembro de 2023, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação %	
	31/12/2023	31/12/2022
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	100	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Instrumentos financeiros:** a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por

meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48, o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: i) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. iii) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devam ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A GBS Participações S.A. optou pelo regime de tributação com base no lucro real. As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil, o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registrarão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.16. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	766	62.519	16.488	76.879
Aplicações financeiras (i)	7.600	18.717	53.326	70.897
	8.366	81.236	69.814	147.776

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas em 2023 pelo CDI, entre 70% e 98% em 31 de dezembro de 2022), cuja rentabilidade na controladora foi de R\$ 450 e no consolidado foi de R\$ 4.608 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 967 na controladora e R\$ 6.870 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

**6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Consolidado	
	2023	2022
Concessionárias e permissionárias	14.198	7.189
	14.198	7.189

As controladas da Companhia iniciaram-se os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: junho de 2022, Goyaz: julho de 2022 e Borborema: setembro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

**7. ATIVO DE CONCESSÃO**

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	1.747.326	-
Ativo adquirido com a aquisição das Controladas	-	899.833
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	98.755	766.125
Remuneração do ativo de concessão	169.806	107.700
Receita de operação e manutenção	9.892	6.581
(-) Faturamento	(121.979)	(32.913)
Saldo final	1.903.800	1.747.326
Circulante	148.314	134.086
Não circulante	1.755.486	1.613.240

**8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a funcionários	-	-	8	8
Adiantamento a fornecedores	353	-	6.105	45.977
	353	-	6.113	45.985
Circulante	-	-	8	502
Não circulante	353	-	6.105	45.483

Os saldos de adiantamentos a fornecedores consolidados serão realizados conforme apresentação dos custos finais das obras dos projetos das transmissoras.

**9. PARTES RELACIONADAS**

	Controladora		Ativo Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Sterlite Brazil Participações S.A.	51.282	50.470	51.282	50.470
Total	51.282	50.470	51.282	50.470

A Companhia possui operação a receber junto à sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A., integrante do grupo Sterlite, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia.

**12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Credor	Companhia	Encargos	Data final	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	-	-	17.336	9.379
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	-	-	41.216	26.885
<b>Total Banco Banco do Brasil</b>						<b>58.552</b>	<b>36.264</b>
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1,7577%	15/02/2045	-	-	85.193	74.134
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2,1482%	15/02/2045	-	-	62.130	54.064
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	-	-	114.154	102.677
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	-	-	17.604	15.836
<b>Total BNB</b>						<b>279.081</b>	<b>246.711</b>
Debêntures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2024	622.369	598.964	622.369	598.964
Debêntures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	-	-	59.739	55.268
Debêntures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	-	-	177.904	169.942
<b>Total debêntures</b>				<b>622.369</b>	<b>598.964</b>	<b>860.012</b>	<b>824.174</b>
<b>Total</b>				<b>622.369</b>	<b>598.964</b>	<b>1.197.645</b>	<b>1.107.149</b>
Circulante				622.369	-	651.873	6.030
Não circulante				-	598.964	545.772	1.101.119

b) **Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:**

Emprestito	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023	Controladora	
											2023	2022
Debêntures	GBS	598.964	-	-	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369	622.369	622.369
<b>Total</b>		<b>598.964</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.635</b>	<b>28.850</b>	<b>45.289</b>	<b>(8.266)</b>	<b>(45.103)</b>	<b>622.369</b>	<b>622.369</b>	<b>622.369</b>

Emprestito	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2022	Controladora	
											2022	2021
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	52.595	-	-	4.000	-	1.840	(58.435)	-	-	-	-
Debêntures	GBS	-	600.000	(32.757)	-	19.002	33.570	-	(20.851)	598.964	598.964	598.964
<b>Total</b>		<b>52.595</b>	<b>600.000</b>	<b>(32.757)</b>	<b>4.000</b>	<b>19.002</b>	<b>35.410</b>	<b>(58.435)</b>	<b>(20.851)</b>	<b>598.964</b>	<b>598.964</b>	<b>598.964</b>

Emprestito	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023	Controladora	
											2023	2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	102.677	15.658	-	16	-	6.599	(4.131)	(6.665)	114.154	114.154	114.154
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	15.836	2.415	-	-	-	1.065	(637)	(1.075)	17.604	17.604	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	9.379	8.404	-	1	-	844	(721)	(571)	17.336	17.336	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	26.885	15.332	-	54	-	2.656	(1.829)	(1.882)	41.216	41.216	41.216
Debêntures	Borborema	55.268	-	-	-	2.685	3.534	-	(1.748)	59.739	59.739	59.739
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	74.134	11.220	-	-	-	4.895	-	(5.056)	85.193	85.193	85.193
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	54.064	8.178	-	-	-	3.759	-	(3.871)	62.130	62.130	62.130
Debêntures	Solaris	169.942	-	-	-	-	7.802	10.810	-	(10.650)	177.904	177.904
Debêntures	GBS	598.964	-	-	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369	622.369	622.369
<b>Total</b>		<b>1.107.149</b>	<b>61.207</b>	<b>-</b>	<b>2.706</b>	<b>39.337</b>	<b>79.451</b>	<b>(15.584)</b>	<b>(76.621)</b>	<b>1.197.645</b>	<b>1.197.645</b>	<b>1.197.645</b>

Emprestito	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Aquisições e investimentos	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2022	Consolidado	
												2022	2021
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	-	85.285	18.035	-	-	-	6.251	-	(6.894)	102.677	102.677	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	-	13.014	2.781	-	-	-	1.147	-	(1.106)	15.836	15.836	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	-	-	9.379	-	-	-	-	-	-	9.379	9.379	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	-	-	26.885	-	-	-	-	-	-	26.885	26.885	26.885
Debêntures	Borborema	-	50.145	(499)	-	-	2.616	3.008	-	-	55.268	55.268	55.268
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	-	-	73.852	-	-	-	1.201	-	(919)	74.134	74.134	74.134
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Solaris	-	-	53.804	-	-	-	951	-	(691)	54.064	54.064	54.064
Debêntures	Solaris	-	152.763	-	-	-	7.355	9.824	-	-	169.942	169.942	169.942
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	67.109	-	-	-	-	1.492	(68.601)	-	-	-	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	-	44.000	-	-	-	882	(44.882)	-	-	-	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	52.595	-	-	-	4.000	-	1.840	(58.435)	-	-	-	-
Debêntures	GBS	-	-	600.000	(32.757)	-	19.002	33.570	-	(20.851)	598.964	598.964	598.964
<b>Total</b>		<b>52.595</b>	<b>368.316</b>	<b>828.736</b>	<b>(33.256)</b>	<b>4.000</b>	<b>28.973</b>	<b>60.166</b>	<b>(171.918)</b>	<b>(30.461)</b>	<b>1.107.149</b>	<b>1.107.149</b>	<b>1.107.149</b>

## 4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

**4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023**  
A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

## 10. INVESTIMENTOS

a) **Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas):**

Investidas	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Borborema	164.458.647	100	675.651	314.914	360.737	41.652
Goyaz	348.870.449	100	474.049	51.001	423.048	16.070
Solaris	186.491.109	100	837.862	397.494	440.368	32.739
<b>Total</b>			<b>1.987.562</b>	<b>763.409</b>	<b>1.224.153</b>	<b>90.461</b>

Investidas	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido



